

O **Informativo Mensal de Conjuntura** faz parte das publicações e análises efetuadas pela equipe técnica do Boletim de Economia e Tecnologia publicado trimestralmente. O Informativo apresenta uma análise rápida dos principais indicadores conjunturais da economia brasileira, com dados atualizados até o mês anterior à publicação e é disponibilizado aos leitores interessados entre os dias 15 e 20 de cada mês. O *Download* gratuito pode ser feito no site www.boletimdeconjuntura.ufpr.br.

INFLAÇÃO E POLÍTICA MONETÁRIA

Na 134^o Reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM), decidiu-se, por unanimidade, elevar a taxa de juros SELIC de 11,25% a.a. para 11,75% a.a., sem viés. Segundo análise dos relatórios do Banco Central do Brasil (FOCUS), o COPOM acredita que parte relevante do movimento da taxa básica de juros irá contribuir para a diminuição oportuna do maior risco que se configura para o cenário inflacionário.

A decisão surpreendeu boa parte do mercado, onde se considerava um aumento mais gradual, da ordem 0,25%. De acordo com análise da série histórica da SELIC, a última vez que o COPOM havia elevado os juros tinha sido em maio de 2005.

De acordo com análise no sistema bancário, espera-se que o Copom dê continuidade ao ciclo de aumento da SELIC ao longo do ano de 2008, até que ela fique entre 12,75% e 13,25% para, de fato, conseguir esfriar o consumo, diminuindo o efeito de uma inflação de demanda.

Com base em indicadores de 19 economias divulgados pelo banco J.P.Morgan, 12 países no mundo subiram suas taxas de juros básicas desde o início do ano passado. Boa parte desses países que elevaram os seus juros básicos enfrenta inflação de demanda que não se restringe a pressões por causa da alta mundial dos preços dos alimentos. Alguns até já passaram do limite estabelecido para a inflação anual, como é o caso da Colômbia e do Chile.

TABELA 1 - EXPECTATIVAS DE MERCADO

Média	2008				2009			
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*
Curto Prazo								
IPCA (%)	4,52	4,57	4,79	Alta	4,52	4,51	4,42	Baixa
IGP-DI (%)	5,06	6,27	6,43	Alta	4,1	4,14	4,56	Alta
IGP-M (%)	6,16	6,51	6,79	Alta	4,53	4,53	4,7	Alta
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	1,76	1,74	1,73	Baixa	1,85	1,85	1,84	Baixa
Meta Taxa Selic - fim de período (% a.a.)	11,64	12,13	12,73	Alta	10,25	10,85	11,61	Alta
Médio Prazo								
IPCA (%)	4,63	4,69	4,65	Baixa	4,29	4,29	4,3	Alta
IGP-DI (%)	5,51	6,28	5,88	Alta	4,58	4,88	4,33	Baixa
IGP-M (%)	5,61	6,02	6,21	Alta	4,42	4,46	4,54	Alta
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	1,7	1,7	1,72	Alta	1,76	1,76	1,79	Alta
Meta Taxa Selic - fim de período (% a.a.)	11,8	12,9	13,05	Alta	11,94	11,85	11,85	=

Fonte: Banco Central do Brasil – Relatório Focus (11/04).

Nota:(*) Comportamento dos indicadores desde o último Relatório de Mercado; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento (diminuição ou = estabilidade).

No Boletim semanal Focus, observa-se a pesquisa feita pelo Banco Central com analistas do setor privado (observe tabela acima para as variáveis mais relevantes). Nela a expectativa média do mercado é que a inflação fique acima da meta estabelecida pelo governo neste ano, embora dentro da margem de erro prevista pelas normas em vigor. O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) deve ter alta de 4,65%, no médio prazo, ultrapassando a meta de 4,5%. Foi a terceira semana seguida em que a pesquisa mostrou aumento nessa projeção.

De acordo com dados do IBGE, em março, o grupo alimentação subiu 0,89%, contra 0,60% de fevereiro. No trimestre, avançou 3,04% e superou o 1,28% de igual período do ano passado. Em março, também impulsionaram o IPCA: energia elétrica (1,40%); álcool combustível (1,73%); e gasolina (0,76%); preços administrados que se mantinham mais contidos no período considerado. De acordo com pesquisa de mercado, para abril projetam-se aumentos decorrentes dos reajustes de remédios, energia elétrica e aço.

Apesar destes aumentos registrados no último trimestre e meio, a previsão (de acordo com a UpTrend e Tendências – consultorias privadas) é de que a inflação medida pelo IBGE termine o ano em 4,8%. Para o ano seguinte, o boletim identifica a expectativa de 4,30% para a inflação.

NÍVEL DE ATIVIDADE

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou no início do mês de abril os indicadores referentes à produção industrial brasileira no mês de fevereiro. Na passagem de janeiro para fevereiro, já considerando os ajustes sazonais, houve um recuo de 0,5% na atividade industrial. No entanto, em relação a fevereiro de 2007 a produção industrial apresentou um expressivo aumento de 9,7%. Este é o vigésimo mês consecutivo em que a produção industrial apresenta crescimento em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A Tabela 2 apresenta os indicadores da produção industrial por categoria de uso. Na passagem de janeiro para fevereiro destaca-se a retração de 3,9% na produção de bens de consumo duráveis e não-duráveis. No lado positivo, a categoria de bens de capital apresenta crescimento de 3,1%. Em comparação com fevereiro de 2007, o aumento na produção de bens de capital foi de 25,0%, valor bastante expressivo. Esse crescimento demonstra a intenção do setor industrial em aumentar a sua capacidade produtiva, esperando que a economia mantenha-se aquecida e que a demanda por produtos industriais permaneça em ritmo de expansão.

Dos 27 ramos industriais incluídos na pesquisa do IBGE, 13 destes apresentaram recuo em relação a janeiro, destacando-se negativamente a indústria farmacêutica (-33,2%) devido, principalmente, a paralisação técnica em uma importante empresa do setor. Entre os ramos que apresentaram crescimento nesse período destaca-se o de material eletrônico e equipamentos de comunicação com expansão de 14,7%.

TABELA 2 - INDICADORES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR CATEGORIA DE USO: BRASIL - FEVEREIRO DE 2008

Categorias de Uso	Variação(%)			
	Jan/Fev-08*	Fev-07/Fev-08	Acumulado no Ano	Acumulado 12 Meses
Bens de Capital	3,1	25,0	19,9	20,0
Bens Intermediários	-0,2	10,4	9,2	5,8
Bens de Consumo	-2,3	5,4	6,8	5,5
Duráveis	0,9	20,7	18,1	11,7
Semi-Duráveis e Não Duráveis	-3,9	1,0	3,5	3,6
Indústria Geral	-0,5	9,7	9,2	6,9

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. * série com ajuste sazonal

A Tabela 3 apresenta os indicadores conjunturais da indústria para o mês de fevereiro. Nesse caso, cabe destacar o crescimento de 4,4% na folha de pagamento real na comparação entre fevereiro de 2007 e fevereiro de 2008. No entanto, na passagem de janeiro para fevereiro, a folha de pagamento real permaneceu no mesmo patamar.

TABELA 3 - INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: BRASIL - FEVEREIRO DE 2008

Variáveis	Variação(%)			
	Jan/Fev-08*	Fev-07/Fev-08	Acumulado no Ano	Acumulado 12 Meses
Pessoal Ocupado Assalariado	0,6	3,2	3,0	2,5
Número de Horas Pagas	1,7	3,7	2,9	2,1
Folha de Pagamento Real	0,0	4,4	5,3	5,5

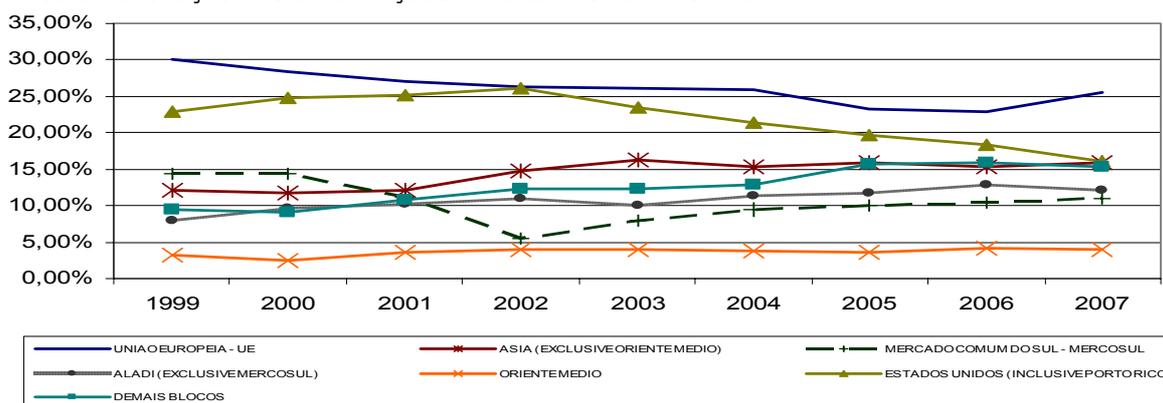
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. * série com ajuste sazonal

ECONOMIA PARANAENSE

Observa-se que a valorização cambial recente ocorre em um momento onde a atual conjuntura internacional favorece a entrada de divisas no país. A literatura tem enfatizado o intenso ritmo de crescimento das economias dos Estados Unidos e da Ásia, com destaque para a China (FIESP, 2006) ¹.

Pelo Gráfico 1, observa-se que as exportações para os países asiáticos ganharam participação na pauta de exportações brasileiras entre 1999-2007, principalmente entre 2001 e 2003. Já o crescimento da economia norte - americana foi importante para estimular as exportações brasileiras até 2002, perdendo participação a partir de então (passou de 23% para 16%, no período).

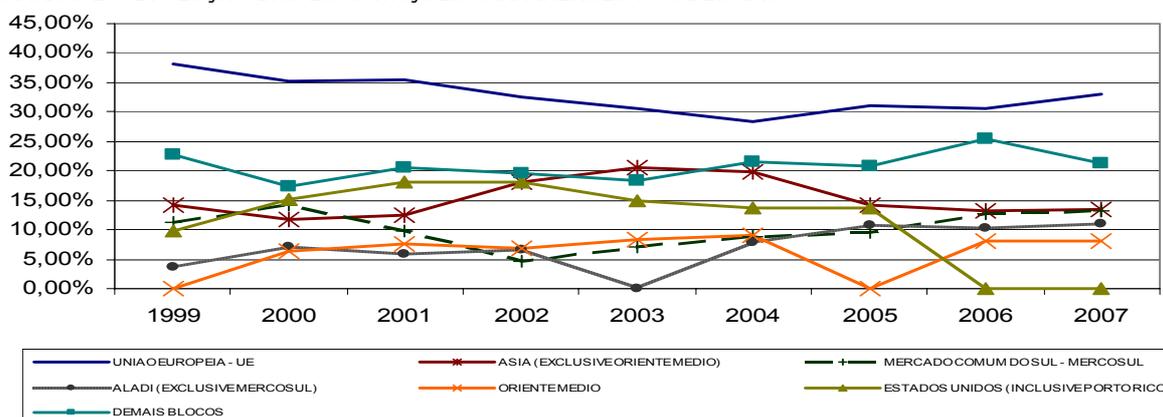
GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR DESTINO



Fonte: Elaboração própria a partir do SECEX/MDIC. Notas: Participação igual a zero significa que a região não está entre os cinco principais destinos das exportações brasileiras e, portanto, sua parcela está inserida no grupo: "demais blocos".

Já pelo Gráfico 2, notamos que apesar do ganho de participação dos países asiáticos na pauta de exportação paranaense entre os anos de 2001 e 2004, ocorreu uma perda a partir de então (no período, a participação passou de 14,3% para 13,4%).

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES PARANAENSES POR DESTINO



Fonte: Elaboração própria a partir do SECEX/MDIC. Notas: Participação igual a zero significa que a região não está entre os cinco principais destinos das exportações paranaenses e, portanto, sua parcela está inserida no grupo: "demais blocos".

O motor do crescimento das exportações paranaenses tem sido o crescimento dos países da América Latina, com a participação do MERCOSUL na pauta de exportações do estado passando de 11,3% para 13,3% e da ALADI (exclusive MERCOSUL) passando de 3,6% para 11,0% entre 1999-2007. A participação dos EUA, que teve um aumento entre 1999-2002, perdeu participação até que, em 2006, deixou de fazer parte dos cinco principais blocos receptores dos produtos paranaenses.

¹ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP). **Desempenho das exportações, até quando vai o crescimento?** Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos – DEPECON, 20/09/2006.

SETOR EXTERNO

Segundo a Prévía da Balança Comercial Semanal do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC), a balança comercial brasileira registrou, em março, um saldo anual acumulado de US\$ 3,998 bilhões: exportações de US\$ 44,396 bilhões e importações de US\$ 40,398 bilhões. Esses valores representam um aumento de 12,5% nas exportações, 39,5% nas importações e representam uma queda de 61,9% no saldo.

Além do câmbio valorizado, o desempenho das exportações, no primeiro trimestre, foi contido pela desaceleração das importações da economia norte-americana por produtos brasileiros. Como se pode ver na Tabela 4, os Estados Unidos registraram um aumento pequeno nas importações de produtos brasileiros, 2,9%, se comparado com Argentina, Holanda e Itália, que tiveram acréscimos de 38,2%, 30,4% e 12%. Se o crescimento das exportações para os Estados Unidos tivesse sido igual ao crescimento da Itália, por exemplo, o saldo comercial no período seria 23% maior.

TABELA 4- EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO – JAN-MAR/2007 – JAN-MAR/2008.

País	Exportações no 1º trimestre (US\$)		Variação (%)	Variação (US\$)
	2007	2008	2008/2007	2008-2007
ESTADOS UNIDOS	5.533.621.719,00	5.696.149.546,00	2,9%	162.527.827,00
ARGENTINA	2.871.386.003,00	3.967.274.971,00	38,2%	1.095.888.968,00
CHINA	1.913.819.103,00	2.087.452.122,00	9,1%	173.633.019,00
HOLANDA	1.612.727.866,00	2.102.762.762,00	30,4%	490.034.896,00
ALEMANHA	1.506.329.637,00	1.600.207.943,00	6,2%	93.878.306,00
ITÁLIA	1.106.150.628,00	1.238.855.773,00	12,0%	132.705.145,00
CHILE	1.057.419.632,00	947.584.873,00	-10,4%	-109.834.759,00
JAPÃO	1.004.527.149,00	1.113.696.867,00	10,9%	109.169.718,00

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados do Aliceweb.

Não obstante, os preços das *commodities* têm ajudado a sustentar as exportações brasileiras, em 2008. O complexo da soja continua se destacando. Como se pode ver nas três últimas colunas da Tabela 5. Ainda que as quantidades embarcadas tenham caído, seus preços elevados sustentaram variações positivas nos valores exportados em dólares, entre março de 2007 e 2008. Observa-se que, de modo geral, as quantidades exportadas caíram neste período e continuaram essa tendência em fevereiro e março de 2008.

TABELA 5 – VARIACÃO DAS EXPORTAÇÕES DE COMMODITIES BRASILEIRAS – MAR/2008 – FEV/2008 – MAR/2007

Produto	Variação Percentual					
	fev/2008 - mar/2008			mar/2007 - mar/2008		
	Valor	Quant.	Preço	Valor	Quant.	Preço
CAFÉ EM GRÃO	-3,26	-8,17	5,35	-94,40	-95,46	23,40
SOJA EM GRÃO	186,65	213,73	-8,63	10,00	-24,82	46,31
FARELO DE SOJA	11,62	9,91	1,55	29,88	-15,06	52,92
ÓLEO DE SOJA EM BRUTO	-16,69	-26,36	13,12	21,80	-37,68	95,45
SUCO DE LARANJA	-29,85	-2,68	-27,91	-17,54	16,55	-29,26
AÇÚCAR EM BRUTO	-26,41	-26,46	0,07	-14,79	-4,45	-10,82
AÇÚCAR REFINADO	-29,08	-34,54	8,33	-25,92	-26,45	0,71
CELULOSE	-16,25	-19,32	3,80	22,94	0,88	21,87
ALUMÍNIO	7,00	-5,57	13,31	14,98	14,92	0,05
CARNE SUÍNA "IN NATURA"	4,63	2,26	2,33	40,98	6,25	32,68
CARNE BOVINA "IN NATURA"	1,83	4,80	-2,84	-2,21	-26,07	32,27
CARNE DE FRANGO "IN NATURA"	4,69	3,22	1,42	40,04	9,05	28,41

FONTE: Balança Comercial Mensal (MDIC).

NOTA: Variações referentes à média diária dos meses.

A despeito da recessão americana e a conseqüente redução do consumo, a tendência de alta nos preços das *commodities* deve persistir. A desvalorização do dólar e a crise financeira naquele país têm contribuído para que os investidores se refugiem nesses bens, aumentando suas cotações. Além disso, o relatório do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA – sigla em inglês), de nove de abril, confirmou a diminuição da oferta das principais *commodities* agrícolas em 2008, aumentando seus preços a contratos futuros.

Outro ponto que vale destacar em relação à soja é que os impasses na produção e exportação argentina, ocasionados pelo aumento das alíquotas de exportação desse produto de 35% para até 44%, em 11 de março, também têm elevado os contratos futuros da oleaginosa.

FINANÇAS PÚBLICAS

A arrecadação do governo central, ao contrário dos últimos meses, apresentou uma queda de mais de 22% em fevereiro quando comparado a janeiro de 2008. O total arrecadado foi de R\$ 50,1 bi contra R\$ 64,5 bilhões do mês anterior (Tabela 5). No ano, a arrecadação continua apresentando forte crescimento, com elevação de 20,4% nos dois primeiros meses de 2008. Esse crescimento contínuo tem sido influenciado pelo comportamento do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que refletiu o aumento dos lucros em 2007. A arrecadação do IRRF sobre rendimentos do trabalho também ajudou na arrecadação ao subir 50%.

O item que mais contribuiu em termos relativos para o crescimento da despesa total em relação aos dois primeiros meses de 2007 foi o de Custeio e Capital: 16,8%. Em seguida aparece o item Despesas do Tesouro com expansão de 15,4%. As Despesas da Previdência Social, por sua vez, continuam com forte elevação de 14,6% totalizando R\$ 30,2 bilhões, em 2008. Como proporção do PIB, os benefícios já representam 6,81% (eram de 6,72% em 2007). O déficit da previdência caiu de 1,65% do PIB para 1,60%.

Sem considerar as Transferências a Estados e Municípios, o resultado primário do governo central, em fevereiro, foi de R\$ 5,1 bilhões, resultado 67% menor do que o realizado em janeiro de 2008. Se somarmos o superávit primário de todo o setor público (Gov. Central, Estados e Municípios), o total, em 12 meses encerrados em fevereiro de 2008, ficou em R\$ 109,1 bilhões (4,18% do PIB).

TABELA 6 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL - EM R\$ MILHÕES

Discriminação	Janeiro	Fevereiro	Var. %	Janeiro-Fevereiro		Var. %
	2008	2008		2007	2008	
Receita Total	64.569	50.116	-22,4	95.290	114.685	20,4
Receita do Tesouro	53.226	38.066	-28,5	75.184	91.292	21,4
Receita da Previdência Social	11.206	11.928	6,4	19.914	23.134	16,2
Receita do BCB	136	123	-9,6	191	259	35,6
Transf. a Estados e Municípios	10.217	11.350	11,1	17.026	21.568	26,7
Receita Líquida	54.352	38.766	-28,7	78.263	93.117	19,0
Despesa Total	38.998	33.737	-13,5	63.207	72.736	15,1
Despesa do Tesouro	22.504	19.665	-12,6	36.533	42.169	15,4
Pessoal e Encargos	12.571	9.506	-24,4	19.340	22.077	14,2
Custeio e Capital	9.910	10.090	1,8	17.125	20.000	16,8
Transferência ao BCB	23,5	68	189,4	68	91,7	34,9
Desp. da Previdência Social	16.296	13.955	-14,4	26.406	30.251	14,6
Despesas do BCB	199	117	-41,2	269	316	17,5
Res. Primário do Gov. Central	15.353	5.028	-67,3	15.056	20.381	35,4
Tesouro Nacional	20.505	7.050	-65,6	21.625	27.555	27,4
Previdência Social	-5.089	-2.027	-60,2	-6.492	-7.116	9,6
Banco Central (BCB)	-62,7	5,4	-108,6	-77,5	-57,4	-25,9
Resultado Primário/PIB	-	-	-	3,83%	4,59%	19,8

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), em fevereiro, atingiu R\$1.157 bilhões (42,2% do PIB) contra R\$1.140,9 bilhões (41,9% do PIB) do mês de janeiro de 2008. Apesar do pequeno aumento, esse é um dos menores níveis de endividamento desde dezembro de 1998 quando a DLSP era 38,9%. A redução na DLSP em 12 meses de 2,3% se deve ao resultado primário (1%), ao efeito do crescimento do PIB valorizado (0,7%). Já os juros nominais foram responsáveis por elevação correspondente a 1% do PIB e o ajuste decorrente da apreciação cambial, por elevação de 0,5%.

Em relação à Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi), sua composição apresentou os seguintes resultados: Selic (32,3%); Câmbio (-1,9%); Prefixados (30,8%); Índice de Preços (23,2%). A vida média da Dívida Pública Federal (DPF), que indica o prazo remanescente apenas do principal da dívida pública, sofreu uma redução de 64,6 meses, em janeiro de 2008, para 63,7 meses, em fevereiro do mesmo ano. O Prazo Médio da DPF caiu de 40,25 meses para 40 meses, em fevereiro de 2008.



BOLETIM ECONOMIA & TECNOLOGIA
Informativo do Mês de Abril de 2008



Equipe Técnica

Guilherme R. S. Souza e Silva. Mestrando em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Foco de estudo na área de Macroeconomia. guilherme.fdg@uol.com.br

Jedson César de Oliveira. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Foco de estudo na área de Finanças Públicas e de Macroeconomia. jecoli@sociais.ufpr.br

Luciano Nakabashi. Doutor em economia pelo CEDEPLAR/UFMG, professor adjunto do departamento de economia da UFPR e coordenador do boletim de *Economia & Tecnologia*. luciano.nakabashi@ufpr.br

Luciano Ferreira Gabriel. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Professor da UniBrasil. lucianofg@gmail.com.

Rafael Camargo de Pauli. Mestrando em Desenvolvimento Econômico pela UFPR e supervisor geral do boletim de *Economia & Tecnologia*. rafaelcdp@gmail.com.